

Doutrina de Segurança Nacional na América do Sul: estratégias das duas superpotências

National Security Doctrine in South America: strategies of the two great powers

Resumo: A partir da influência global e regional, com uma abordagem qualitativa, analisa-se a América do Sul no âmbito da segurança e defesa, no contexto da Guerra Fria, observando-se quais foram as estratégias das duas superpotências nesse subcontinente e como elas se estruturaram. Para tanto, considera-se que a Revolução Cubana despertou o espírito revolucionário na América e, em contraposição, a Doutrina de Segurança Nacional promovida pelos Estados Unidos indicava reação a essa realidade. Consequentemente, cada país desenvolveu versões dessa doutrina, sob realidades e posicionamentos geopolíticos próprios, mas com uma característica comum: a cultura do militarismo, típica dos países sul-americanos.

Palavras-chave: Doutrina de Segurança Nacional, Guerra Fria, Relações Civis-Militares, Revolução Cubana.

Abstract: Within the context of the Cold War, this article presents a qualitative analysis of South America in the realms of security and defense, considering both global and regional influences. Thus, it examines the interplay between the strategies of the two Cold War great powers and South America. The Cuban revolution awakened a revolutionary spirit in America, while, in contrast, the National Security Doctrine promoted by the US gained strength. Consequently, each South American country developed its own version of this doctrine, based on their unique realities and geopolitical positions, as well as characterized by a shared culture of militarism typical of the region.

Keywords: National Security Doctrine, Cold War, Civil-Military Relations, Cuban Revolution.

Roberto Jiménez 

Investigador independiente
Quito, Pichincha, Ecuador
jimenezrober@gmail.com

Recebido: 21 jan. 2024

Aprovado: 08 jul. 2025

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



Creative Commons
Attribution Licence

1 INTRODUÇÃO

Depois da Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria gradativamente chegou à América do Sul. Na disputa entre os mundos capitalista e comunista, por uma questão de alinhamentos políticos e proximidade geográfica, os países da América do Sul estavam mais inclinados a apoiar os Estados Unidos, mas havia, desde a década de 1930, organizações, grupos e partidos políticos alinhados com os pensamentos da União Soviética. A Doutrina de Segurança Nacional promovida pelos Estados Unidos tinha como objetivo a contenção do comunismo nas Américas do Sul e Central e, por consequência, desses grupos. Assim, no século XX os países da região tiveram algum tipo de ingerência norte americana, que variaram desde influências brandas até intervenções militares.

Nesta pesquisa, considera-se o período iniciado em 1959, com a Revolução Cubana, até 1990, com a dissolução do bloco soviético. Esse período está inserido dentro da Guerra Fria, dinâmica que orientava os temas relacionados com a defesa e a segurança nos diferentes níveis: nacional, regional e global.

A Revolução Cubana (1959) e o episódio da crise dos mísseis (1962) trouxeram a América do Sul e a região em geral para o tabuleiro da Guerra Fria. O governo norte-americano não podia correr o risco de ter outra revolução com vertente marxista na América. Muitos movimentos de esquerda, armados ou não, surgiram dentro do continente. Nesse sentido, a Doutrina de Segurança Nacional, promovida pelos Estados Unidos em toda a América Latina, atendia aos objetivos de contenção do comunismo.

Este artigo está dividido em quatro seções: a primeira analisa o início da Guerra Fria e a sua influência na América do Sul, observando, a partir da perspectiva de diferentes acadêmicos, a relação entre as duas superpotências e o subcontinente em questão, e como essas relações se estruturaram durante esse período. Na segunda seção, analisa-se a estratégia soviética versus a estratégia estadunidense, a partir do enfoque estadunidense, a partir da análise de artigos publicados na *Military Review*¹ no período entre 1960-1990. Na terceira seção, revisa-se a Revolução Cubana e a insurgência na América do Sul, analisando a influência da revolução no processo de criação e desenvolvimento dos grupos insurgentes que atuaram na região. Na quarta seção são examinadas as entidades de governança relevantes da Doutrina de Segurança Nacional estadunidense, bem como as instituições homólogas instaladas em cada um dos países sul-americanos. E, finalmente, são apresentadas as considerações finais.

2 INÍCIO DA GUERRA FRIA E A INFLUÊNCIA NA AMÉRICA DO SUL

Na segunda metade da década de 1940, a convivência pacífica entre os mundos capitalista e comunista teve curta duração. Os países se alinharam a um dos dois líderes desses blocos de poder, Estados Unidos e União Soviética, com o intuito de estabelecer o seu papel no contexto internacional.

¹ A opção pela revista *Military Review* se deve ao fato de ser uma revista profissional tradicional, trilíngue, amplamente lida pelos militares da América Latina e, portanto, uma difusora de conceitos e informações.

As duas grandes características que a definiram começaram a interagir quase simultaneamente: as armas nucleares e uma disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética. Esta disputa se tornou excepcionalmente intensa, não somente porque foram os grandes vencedores da guerra 1939-45, intimidando a todas as grandes potências anteriores, mais por serem os promotores de ideologias mutuamente excludentes (capitalismo democrático e comunismo totalitário), e cada uma afirmava ter o futuro da humanidade (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 118-119).

Como mencionam Buzan e Hansen (2012), concluída a Segunda Guerra Mundial, se apresentam, por um lado, o conceito de superpotência – atribuído aos Estados Unidos e à União Soviética depois de suas bem-sucedidas participações na grande guerra –, e por outro o conceito de bipolaridade, por haverem surgido dois eixos hegemônicos ideologicamente opostos e com a intenção de estender sua influência à maioria das nações. Diante desse fato, surgiu a estratégia de contenção, com o claro objetivo de evitar uma escalada ideológica por parte da União Soviética, e, finalmente, a estratégia de dissuasão, caracterizada pela proliferação de armamento nuclear e pelo perigo de uma destruição mútua, aspectos que ameaçaram a segurança de todo o planeta.

Por sua vez, é importante levar em conta os comentários de Leal Buitrago (2003) e de Lesbat (1994), que trazem em consideração a ata de Chapultepec, a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), a Carta da Organização das Nações Unidas e os acordos militares bilaterais que são o ponto de partida para a unificação da Política Militar na América. Com isso, nenhuma outra nação tinha a capacidade de disputar com os Estados Unidos a preponderância político-econômica na América Latina.

Em 1945, os países do continente assinaram um conjunto de acordos conhecido como Ata de Chapultepec. A Resolução Oitava da Ata contemplava a defesa coletiva do continente frente à não concluída guerra mundial. Este acordo foi chave para a unificação americana da política militar, já que implicou a integração das instituições militares da América Latina a um bloco bélico cuja direção estratégica estava a cargo dos Estados Unidos (LEAL BUITRAGO, 2003, p. 78, tradução nossa).

No terreno da segurança, os instrumentos foram importantes para o exercício da hegemonia norte-americana e para o alinhamento estratégico dos países latino-americanos com os Estados Unidos: o Tratado Internacional de Assistência Recíproca, TIAR e os acordos bilaterais de assistência militar (LESBAT, 1994, p. 53, tradução nossa).

Com a vigência do Tiar, se consolidava o Bloco Americano, com a ideia de que se um de seus países membros fosse atacado, o bloco responderia para apoiá-lo. Nesse sentido, deveriam ser entendidas, também, as conotações implícitas que o tratado trazia, fazendo frente ao ataque ideológico e militar da União Soviética.

Por outro lado, as políticas de Segurança Nacional adotadas pelos Estados Unidos deram origem ao que na América Central e na América do Sul foi chamado de Doutrina de Segurança

Nacional, iniciando, dessa maneira, uma mudança na estrutura de funcionamento dos países do continente americano. Com efeito:

O “Plano Truman” de 1946, que propôs a unificação militar continental, concordava com essa resolução. Ambas as medidas foram à antessala do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado no Rio de Janeiro em 1947. A Ata de Segurança Nacional, promulgada nos Estados Unidos em 1947, foi o principal instrumento para o desenvolvimento da concepção do Estado de segurança nacional. Esta lei deu ao governo federal o poder para mobilizar e racionalizar a economia nacional ao envolver os militares nela, preparando-os para a eventualidade de uma guerra. Por meio dessa lei, foram criados o Conselho de Segurança Nacional (NSC) e a Agência Central de Inteligência (CIA), instituições que estabeleceram um novo padrão para o Estado e a sociedade, em virtude do papel hegemônico que assumia os Estados Unidos no concerto político mundial (LEAL BUITRAGO, 2003, p. 77, tradução nossa).

A estrutura básica para estabelecer o que na América do Sul se chamaria de Doutrina de Segurança Nacional é dada, precisamente, pelo Conselho de Segurança Nacional, pelas organizações de inteligência e pelos Centros de Estudos Nacionais. Nesse contexto, importa mencionar que, como comenta Child (1994, p. 33, tradução nossa), parecia existir um planejamento premeditado na adoção da estrutura de defesa dos países sul-americanos.

O papel dos Estados Unidos no estabelecimento dessa doutrina (e talvez ideologia) de segurança nacional é controverso. Para alguns, a sua formação surge de um processo deliberado e bem pensado por parte dos dirigentes norte-americanos, como uma medida de controle, com o intuito de manter a hegemonia continental. Para outros, não há relação significativa entre as políticas estadunidenses e os Estados de segurança do Cone Sul (CHILD, 1994, p. 33).

De acordo com as pesquisas realizadas por Child (1994), essa estrutura adotada pelos Estados Unidos foi acolhida pelo resto dos países. Entretanto, as realidades dos países do terceiro mundo eram completamente diferentes:

[...] o que aparentemente ocorreu é que certos modelos norte-americanos (ex.: o Conselho de Segurança Nacional/National War College, a Agência Central de Inteligência/ Central Intelligence Agency) foram reproduzidos e adaptados na América Latina, onde se fundiram com os latentes ideias geopolíticos, o conceito orgânico do Estado e uma tendência autoritária do militar latino (CHILD, 1994, p. 33, tradução nossa).

Na América do Sul, os países adotaram essas estruturas e as adaptaram às suas realidades, em um processo paulatino que ganhou força a partir da Revolução Cubana, em 1959.

A Guerra Fria tinha mantido a América do Sul fora da influência direta norteamericana, uma vez que “[...] sua localização geográfica tem importância estratégica menor. De fato, nesta zona não houve intervenção militar direta dos Estados Unidos” (LEAL BUITRAGO, 2003, p. 75, tradução nossa).

Com efeito, os principais eventos no período se desenvolveram no velho continente: a construção do Muro de Berlim, as guerras da Coreia e do Vietnã, a crise do petróleo no Oriente Médio, entre outros eventos que eram produto da Guerra Fria e que compunham as estratégias dos eixos hegemônicos. Entretanto, a Revolução Cubana e a Crise dos Mísseis incorporaram a América do Sul à Guerra Fria.

O episódio dos mísseis soviéticos, em 1962, proporcionou a dinâmica final um processo mediante o qual a região latino-americana ingressou em forma ativa – embora como ator secundário – ao concerto da Guerra Fria. O triunfo da Revolução Cubana impulsionou a formulação sul-americana da Doutrina de Segurança Nacional (LEAL BUITRAGO, 2003, p. 79, tradução nossa).

A Doutrina de Segurança Nacional é um fenômeno próprio das Américas, parte de uma visão de Estado central e militarista, na qual o planejamento e as atividades do Estado estão direcionados para garantir a defesa interna e externa da nação. Mercado (1974, p. 64-65, tradução nossa) resume, de maneira muito clara, o processo que abarca a Doutrina de Segurança Nacional:

Todo Estado, fixados seus objetivos nacionais e seus correspondentes objetivos políticos e depois de traçada a política geral, encontrará oposição de toda ordem para alcançar os primeiros. Quando as oposições, por sua intensidade e oportunidade adquirem um alto valor e põem, portanto, em perigo os objetivos nacionais e a execução da política geral traçada, surgirão problemas de segurança que deverão ser enfrentados com uma política adequada que se denomina política de segurança. Paralelamente com esta política, existe outra que mediante o desenvolvimento, procura impulsionar a nação em todos os campos de sua atividade, a fim de permitir atingir os objetivos políticos e, consequentemente, os objetivos nacionais.

A partir desta perspectiva, torna-se claro o papel das Forças Armadas no processo de administração e desenvolvimento do Estado. Dessa forma, é necessária uma adequada política de segurança que, por sua vez, será o elemento que permitirá que os objetivos permanentes apresentados pelo Estado sejam cumpridos.

3 ESTRATÉGIA SOVIÉTICA VERSUS ESTRATÉGIA ESTADUNIDENSE

3.1 Estratégia soviética

A partir de 1959, e até 1964, período no qual o Vietnã passou a monopolizar as atenções americanas, o subcontinente sul-americano figurou com destaque nas pautas do Departamento de Estado e do Pentágono (MARTINS FILHO, 1999). O hemisfério tinha uma nova frente, posto que as fronteiras ideológicas tinham sido penetradas, fazendo com que muitos idealistas na América Latina iniciassem uma militância, sendo esta uma realidade que impregnou o subcontinente à época:

O comunismo era percebido como a causa principal da instabilidade política, e esta, por sua vez, era considerada como a principal ameaça para a segurança do hemisfério. A

partir dos anos sessenta, se acrescentou a pobreza como fator adicional a essa instabilidade (LEAL BUITRAGO, 2003, p. 79, tradução nossa).

Da revisão de literatura feita a partir de *Military Review*, do período entre 1960 e 1990, foi possível visualizar as principais ações desenvolvidas pelos diferentes atores no contexto internacional. Nessa perspectiva, o bloco soviético viu uma oportunidade para captar a atenção dos Estados Unidos em outra região, fazendo com que Cuba se convertesse em um ponto estratégico a partir do qual se estendiam suas operações até os demais países do entorno (Tabela 1).

Tabela 1 – A estratégia soviética

1	Dentro do marco revolucionário marxista-leninista, América Latina é um dos campos de batalha da Guerra Fria, no qual foram estabelecidos os seguintes objetivos: <ul style="list-style-type: none"> • Enfraquecer as nações latino-americanas internamente e promover guerrilhas com o propósito de tomar o poder. • Ampliar o “campo das nações socialistas” incorporando as nações latino-americanas. • Destruir a Organização dos Estados Americanos e seu braço armado, a Junta Interamericana de Defesa, ou transformar as nações membros, com a exclusão dos Estados Unidos, em organizações político-militares antioccidentais. • Realizar o distanciamento político e econômico dos Estados Unidos do restante da América Latina como uma medida regional dirigida ao isolamento e supressão mundial destes últimos (MARTINEZ CODÓ, 1963, p. 3-4, tradução nossa).
2	Nos anos posteriores à assinatura do Pacto do Rio, o perigo para as Américas aumentou enormemente. Os gestores de defesa interamericanos na década de 1940 não podiam imaginar a ameaça de segurança interna que o comunismo apresentaria nas décadas seguintes. Hoje, os países deste hemisfério enfrentam um problema crescente de guerrilhas e subversão , incluído o terrorismo urbano (HARRIGAN, 1970, p. 4, tradução nossa, grifo nosso).
3	A partir de uma perspectiva estratégica, os soviéticos manifestaram a propensão para cultivar e fomentar instabilidades em áreas fora do teatro europeu. O <i>modus operandi</i> dos anos 1970 e 1980 foi a orquestração de poderes substitutos, insurgências locais, terrorismo transnacional e esforços de operações psicológicas voltadas para a agitação e convulsão social (THOMAS; KUSIER, 1987, p. 21, tradução nossa, grifo nosso).
4	As táticas comunistas variavam desde greves e interrupções sistemáticas do trabalho até atividades de guerrilha que abarcam todo tipo de terrorismo, sabotagem, assaltos para obter recursos ou armas, saques, manifestações massivas, infiltração em organismos estatais e a insurreição urbana ou rural. Suas atividades nos próximos anos estarão voltadas para uma intensificação da penetração ideológica das massas urbanas, em particular, os estudantes e os trabalhadores e a população rural, explorando os problemas sociais, políticos e econômicos por meio da agitação e da propaganda. Continuarão, ao mesmo tempo, apoiando as atividades da guerrilha em regiões isoladas, particularmente na América Andina (MERCADO, 1969, p. 11-12, tradução nossa, grifo nosso).
5	Cuba serve para muitos propósitos soviéticos. Primeiro, a nação insular proporciona acesso portuário para os recursos navais e aéreos soviéticos e serve como uma base avançada através da qual os soviéticos podem enviar armas e outros suprimentos a movimentos revolucionários na América Latina (AYLsworth, 1988, p. 34, tradução nossa, grifo nosso).
6	A retórica política de Castro é uma influência intimidante respaldada pela assistência soviética. Os líderes dos governos estabelecidos sabem que ele é capaz de provocar um sentimento anti-ianque em suas capitais, caso se alinhem demais com a política exterior dos Estados Unidos. Outro ativo soviético é a reputação de Moscou em ajudar na sobrevivência dos regimes revolucionários (AYLsworth, 1988, p. 35, tradução nossa, grifo nosso).

Fonte: Elaborado pelo autor com base na informação do arquivo da *Military Review*.

A análise realizada nessa época por Martínez Codo (1963) resultou em um dos seus artigos, no qual se discutia a estratégia soviética voltada para distanciar os países da América Latina dos Estados Unidos, além de promover o enfoque da guerra interna nos países subdesenvolvidos, coincidindo com que Leal Buitrago (2003, p. 80, tradução nossa) comentava, em seus estudos, que “para os militares, a ‘guerra revolucionária’ se efetivou como a estratégia do comunismo e o ‘inimigo interno’ se constituiu na ameaça principal”. A estratégia soviética se materializava mediante doutrinação ideológica aos grupos subversivos; treinamento militar com o apoio de seu aliado Cuba, no caso dos países latino-americanos; e suporte econômico.

Os militares estadunidenses estavam convencidos de que a Revolução Cubana era uma clara prova da conspiração comunista internacional, e a partir de então, a doutrina de segurança nacional passou a ser a pedra fundamental do pensamento militar (GILL, 2005, p. 104, tradução nossa).

Além de promover o distanciamento dos Estados Unidos, os soviéticos trabalhavam para expandir sua ideologia com o menor risco, isto é, sem o emprego de tropas próprias, explorando os sentimentos nacionais contra os Estados Unidos. Ao voltar a atenção estadunidense para o continente americano, a União Soviética ganhava maior liberdade de ação no hemisfério oriental.

Caso houvesse nos países sul-americanos menção à busca por independência das potências hegemônicas, esses Estados passavam da influência dos Estados Unidos para a da União Soviética. A estratégia da União Soviética era, portanto, captar a simpatia daqueles países que se distanciavam da esfera estadunidense, como foi o caso de Cuba, que iniciou com uma revolução nacionalista e, posteriormente, decidiu alinhar-se com o bloco soviético.

Notamos que o pensamento militar norte-americano atribui a proliferação da guerrilha interna a uma estratégia desenvolvida e promovida no segundo mundo, com o claro objetivo de estender a sua área de influência e ocasionar novas preocupações aos Estados Unidos. Nos anos 1960 se evidencia a existência, na maioria dos países da região, de grupos insurgentes formados², com treinamento militar realizado especialmente em Cuba e doutrinamento ideológico recebido na União Soviética (Tabela 2).

Tabela 2 – Subversão como parte da estratégia

1	<p>Embora os países do Terceiro Mundo busquem reduzir a dominação estrangeira, a URSS tentou apoiar a sua independência do Ocidente, mas não de si mesma. A estratégia soviética foi explorar a história colonial do Terceiro Mundo e converter os sentimentos nacionais contra os Estados Unidos e os antigos governantes coloniais (LINVILLE, 1981, p. 10, tradução nossa, grifo nosso).</p>
---	---

Continua

² Jiménez e Franchi (2016, p. 59) mostram os grupos da “Onda da Nova Esquerda” na América do Sul.

Tabela 2 – Continuação

2	Assim, inclusive enquanto reaquecia a crise de Berlim, Khrushchev enfatizou este terceiro enfoque da guerra interna uma e outra vez. Ele vê as possibilidades de guerras internas na Ásia, África e América Latina como a melhor forma de usar a força para expandir o império comunista com o menor risco (HILSMAN, 1962, p. 12, tradução nossa, grifo nosso). Os soviéticos continuam patrocinando rebeliões comunistas abertamente sempre que possível. Também fazem o possível para infiltrarem-se nos movimentos nacionalistas contra o colonialismo (HILSMAN, 1962, p. 12-13, tradução nossa, grifo nosso).
3	O objetivo principal da União Soviética na América Latina é fragilizar seu principal adversário global, os Estados Unidos . A região é importante para os cálculos estratégicos soviéticos porque, se os Estados Unidos ficarem amarrados à defesa de seu “quintal dos fundos”, a União Soviética ganha uma maior liberdade de ação no Hemisfério Oriental (AYLSWORTH, 1988, p. 30, tradução nossa, grifo nosso).
4	Esta guerra revolucionária, voltada para enfraquecer internamente o bloco das nações não comunistas, na qual a União Soviética não arrisca a vida de um só membro de suas forças principais , geralmente evolui em três fases: conquista da população, estabelecimento de sua organização político-administrativa, e militarização (MARTINEZ CODO, 1963, p. 3, tradução nossa, grifo nosso).

Fonte: Elaborado pelo autor com base na informação do arquivo da *Military Review*.

Em termos econômicos, a estratégia subversiva resultava mais compensadora do que uma guerra aberta. Entretanto, apesar de ser mais módica, implicava contar com recursos que permitissem estruturar e manter, de forma duradoura, grupos armados, equipados e treinados.

Por outro lado, estava o reconhecimento da expertise soviética nessa maneira de operar. Era evidente que os grupos aos quais se dirigiam as técnicas de recrutamento comunistas eram constituídos por jovens, trabalhadores e camponeses, aproveitando-se das vantagens proporcionadas pela vulnerabilidade dessas pessoas, como consequência dos problemas sociais próprios da região (Tabela 3).

Tabela 3 – A expertise soviética

1	A grande vantagem da guerra interna é que é menos arriscada e menos chamativa que as guerras mais violentas. Também envolve técnicas que os comunistas sentem que dominaram e nós não . Também devemos lembrar que Kruschev está utilizando sua capacidade recentemente incrementada para livrar-se dos tipos de guerra mais violentos, para expandir sua liberdade de manobra nas guerrilhas e ameaçar com a escalada se tratamos de detê-lo (HILSMAN, 1962, p. 13, tradução nossa, grifo nosso).
2	Se um governo colonial ou reacionário está no poder, os comunistas orientam os esforços ao longo de todo o espectro da subversão. Fomentam o descontentamento nas cidades, levando a manifestações e greves, talvez a revoltas e ações da população . Aqui seus objetivos são grupos de estudantes, sindicatos e intelectuais de esquerda (HILSMAN, 1962, p. 13, tradução nossa, grifo nosso).
3	O vínculo político entre os dois se torna claro quando vemos como os muito pobres são utilizados como recrutas para as forças guerrilheiras nas áreas rurais e para a “milícia popular” nas regiões urbanas . Os comunistas utilizaram, durante muito tempo, seus camponeses para manter uma rebelião; Castro e “Che” Guevara se converteram em especialistas no uso de ambos os grupos para apoiar ao atual regime cubano (HILSMAN, 1962, p. 19, tradução nossa, grifo nosso).

Fonte: Elaborado pelo autor com base na informação do arquivo da *Military Review*.

Nesse contexto, as reflexões de Leal Buitrago (2003, p. 79, tradução nossa) coincidem com as ideias apresentadas neste estudo, no que concerne à concepção militar norte-americana:

Assim floresceu o que pode denominar-se a era revolucionária da América Latina. Seu fermento foi a ideologia dos jovens de classe média e de numerosos grupos sociais de uma região que se considerava destinada a orientar um processo político de transcendência universal.

A partir da perspectiva geopolítica, Child (1994, p. 30, tradução nossa) comenta que o organismo Estado estava afetado e que seria necessário tomar medidas que permitissem remediar o mal causado.

A visão geopolítica revolucionária teve seu impacto durante o auge da guerrilha na América Latina, tanto em sua variante rural como urbana [...] esta visão revolucionária se interpretou como uma ameaça ao organismo Estado. Entre os militares que se sentiram diretamente atingidos por esse perigo, a reação obrigatoria foi a dramática extirpação dessa “célula malévolas”.

O partido comunista nos países da América Latina se estabeleceu na década de 1920. A União Soviética abriu uma brecha na esfera ideológica, reforçando os vínculos doutrinários com os partidos de esquerda, que passaram por um processo de doutrinamento e começaram a ser consolidados em cada país. Adicionalmente, estabeleceram-se redes de comunicação e relacionamento entre esses grupos de esquerda, com auspício soviético. A bem-sucedida Revolução Cubana chama a atenção para o eixo comunista como uma oportunidade para conseguir o poder com o uso das armas.

O treinamento militar guarda estreita relação entre o bloco soviético e Cuba, considerando que este país acolheu em seus campos de treinamento milhares de representantes da América do Sul e da América Central. Da mesma forma, Cuba enviou apoio militar a diferentes países, como Angola e Etiópia. Precisamente nessa mesma linha, Guevara morreu na Bolívia enquanto promovia a revolução foquista naquele país.

Cuba se transformou em um centro de transferência ideológica, de treinamento militar e de suporte econômico com uma capacidade tal que, até então, as células comunistas não haviam experimentado na medida necessária (Tabela 4).

Tabela 4 – O sistema de doutrinação soviética

1	Os países do bloco soviético (incluído Cuba) também colocaram mais de 50 mil soldados e técnicos militares em 19 países do Terceiro Mundo. Mais de 75% destes eram soldados cubanos em Angola e na Etiópia. “Mais importante ainda, foi que a presença militar de Cuba no Oriente Médio e África aumentou de 21.850 efetivos em 1977 para 38.650 em 1978”. O esforço cubano foi financiado quase em sua totalidade pela URSS, que proporcionou a Cuba US\$ 1,2 bilhões em ajuda militar nos últimos 20 anos (LINVILLE, 1981, p. 14, tradução nossa, grifo nosso).
2	Um estudo do governo dos EUA indica que a União Soviética e seus aliados do Pacto de Varsóvia aumentaram drasticamente a quantidade de bolsas patrocinadas pelo governo disponíveis para estudantes latino-americanos, e Cuba proporcionou mais através de seu complexo educativo Ilha da Juventude (ARNOLD, 1987, p. 36, tradução nossa, grifo nosso).

Fonte: Elaborado pelo autor com base na informação do arquivo da *Military Review*.

Outra variável identificada nesta análise atribui o fato de os grupos subversivos não conseguirem se consolidar de maneira imediata à inexistência de vínculos com a igreja. Entretanto, com o surgimento de vários clérigos partidários da Teologia da Liberação, os principais grupos – o indígena e o camponês – começam a ser influenciados. Apesar de serem diferentes os pontos de partida ideológica, essa ruptura da Igreja serviu como impulso para que esses grupos vulneráveis entrassem na cena revolucionária (Tabela 5).

Tabela 5 – A teologia da libertação na revolução

1	É fácil apreciar que o objetivo aqui é separar as igrejas de Roma e estabelecer igrejas populares nacionais que, como foi o caso na China, retêm todos os símbolos e manifestações de sua liturgia para não despertar suspeitas dos fiéis. O objetivo final é transformar a Igreja Católica da América Latina em um estado similar ao da atual Igreja Ortodoxa Russa, isto é, em outro instrumento para submeter ao povo (MARTINEZ CODÓ, 1963, p. 9, tradução nossa, grifo nosso).
2	Para alguns, a teologia da libertação é teologia; para outros, é revolução . Hoje em dia, não se pode tentar compreender as correntes sociais e políticas da América Latina sem compreender também a influência crescente da teologia da libertação sobre os acontecimentos, à medida que se desenvolvem (GOSNELL, 1991, p. 44, tradução nossa, grifo nosso).
3	Walter LaFeber, professor de história na Universidade de Cornell, explica que, durante séculos, a Igreja Católica Romana tinha sido um dos pilares do <i>status quo</i> na América Latina. Entretanto, seguindo as encíclicas do Papa João XXIII em 1961 e 1963, o Concílio Vaticano II em 1963 a 1965 e a Segunda Conferência Episcopal Latino-americana em Medellín, Colômbia, em 1968, a igreja se converteu em “um motor para a revolução (religiosa)” (GOSNELL, 1991, p. 45, tradução nossa, grifo nosso).
4	É nesta luta contra a pobreza que a teologia da libertação encontrou sua oposição mais vigorosa, já que a teologia considera que a pobreza é o resultado da estrutura da sociedade . Para aliviar a “pobreza desumana”, se exigem mudanças na estrutura da sociedade que requerem que os pobres passem para a ação política (GOSNELL, 1991, p. 45, tradução nossa, grifo nosso).

Fonte: Elaborado pelo autor com base na informação do arquivo da *Military Review*.

Outro grupo que necessitava ser influenciado eram as Forças Armadas. Entretanto, esse processo teve pouco êxito na região, tendo havido casos esporádicos, como a Intentona Comunista, no Brasil, em 1935, e a Força Revolucionária Secreta, no Equador, em 1960.

3.2 Estratégia estadunidense

Nas publicações da *Military Review* também se evidencia esse aspecto em relação à situação latino-americana, incluindo os países da América do Sul. Corroborando o objeto deste estudo, sobre a resposta norte-americana à realidade então vigente, pode-se inferir que era necessário contra-atacar a influência soviética por meio de dois eixos fundamentais: um militar e outro social, considerando que as brechas socioeconômicas existentes convertiam esses países em alvo para o desenvolvimento da insurgência. Assim:

A ameaça de “mais Cubas” colocou a atenção do presidente Kennedy urgentemente na América Latina. Seu idealismo liberal e anticomunismo inspiraram a Aliança para o Progresso, que buscava promover a justiça social e o crescimento econômico e simultaneamente uma guerra contrainsurgente para combater os revolucionários inspirados na União Soviética e Cuba (LOVEMAN, 1999, p. 166, tradução nossa).

Na estratégia militar, estabeleceu-se o doutrinamento ideológico e o treinamento militar antissubversivo, a partir da criação de várias instituições, entre elas o Colégio Interamericano de Defesa e a Escola das Américas, como se evidencia nos artigos analisados apresentados na Tabela 6:

Tabela 6 – A estratégia americana

1	As políticas em relação à América Latina, neste sentido, foram as de contra-atacar esta nova incursão, e isso foi feito através de suporte militar refletido no treinamento, suporte tecnológico e equipamento militar, além de promover o programa Aliança para o Progresso com a finalidade de atacar as diferenças sociais e econômicas dos países subdesenvolvidos do continente, que converteram estes países em alvo perfeito para o desenvolvimento da insurgência (HILSMAN, 1962, p. 12, tradução nossa, grifo nosso). Os comunistas já estão comprometidos em todas as partes, e a menos que abordemos o problema de maneira sistemática, com uma reflexão considerável, simplesmente estaremos pavimentando o caminho para o Sr. Khrushchev em sua nova e potente tática de guerra interna (HILSMAN, 1962, p. 22, tradução nossa, grifo nosso).
2	O estado latente da insurgência em toda América Latina exige novas avaliações da estratégia política e militar para combater a exploração comunista. As considerações políticas devem transcender as militares, já que os programas devem estar direcionados principalmente para o desenvolvimento político, econômico e social para corrigir as contradições e fragilidades existentes que proporcionam o ambiente para a insurgência. Ao mesmo tempo, é necessária uma relação mais estreita entre a estratégia militar e a política para manter um clima de estabilidade sem a qual estes programas não podem levar-se a cabo (MERCADO, 1969, p. 20, tradução nossa, grifo nosso).
3	Durante a última década, os graduados latino-americanos aumentaram de uma média anual de mil em 1959 a 1.600 atualmente. Os 350 estudantes que assistem a escola em um dado momento representam a todas as nações latino-americanas com exceção de Costa Rica, Cuba, Haiti e México (US ARMY SCHOOL OF THE AMERICAS, 1970, p. 93, tradução nossa, grifo nosso).
4	Antes que USARSA ³ se mudasse para Fort Benning, Geórgia, em 1984, aproximadamente 29 mil estudantes se graduaram na escola quando estava localizada na Zona do Canal. Os registros indicam que os graduados de USARSA incluem três presidentes, dois embaixadores, 23 ministros e diretores nacionais, e 18 chefes e assistentes de pessoal. Mais de 78 graduados finalmente ocuparam posições significativamente influentes em seus respectivos países. Entretanto, a Inter-American Air Forces Academy (IAAFA) localizada na Base da Força Aérea Albrook, Panamá, graduou mais de 20.000 estudantes desde 1943. A informação sobre alguns de seus oficiais graduados indica que, além do presidente de um país, os graduados influentes de IAAFA incluem: quatro chefes das forças armadas do pessoal, onze embaixadores e adidos, oito diretores de aeronáutica civil e corpo civil, nove diretores de escolas militares e trinta e três diretores de pessoal de programas nacionais (ARNOLD, 1987, p. 39-40, tradução nossa). As escolas militares são excelentes exemplos de como influenciamos os líderes futuros, tanto no âmbito militar como cultural. Há oficiais latino-americanos associados com a tecnologia e ideologia dos EUA. Através das escolas patrocinadas por IMET tendem à moderação mais que ao extremismo em seus papéis militares e políticos (ARNOLD, 1987, p. 40, tradução nossa, grifo nosso).
5	Este é outro tipo de guerra, nova em sua intensidade, antiga em sua Origem, Guerra de guerrilhas, subversivos, insurgentes, assassinos, guerra por emboscada em lugar de combate; por infiltração, em lugar de agressão, buscando a vitória corroendo e esgotando o inimigo em lugar de envolvê-lo. É uma forma de guerra unicamente adaptada ao que estranhamente se chamou de guerras de libertação (THOMAS; KUSIER, 1987, p. 25, tradução nossa, grifo nosso).
6	Um dos objetivos dos Estados Unidos na América Latina, no contexto atual, é a exclusão ou redução da presença ou influência soviética, como uma potência extracontinental hostil (AYLSWORTH, 1988, p. 28, tradução nossa, grifo nosso).

Fonte: Elaborado pelo autor com base na informação do Arquivo da *Military Review*.

3 USARSA: US Army School of the Americas.

Da revisão da literatura apresentada, é inegável a existência de uma estratégia norte-americana voltada para neutralizar a estratégia soviética. Várias percepções de diferentes autores corroboram a informação, da mesma forma que analisam a partir de vários ângulos. Assim:

A luta antissubversiva era o lado oculto da Aliança para o Progresso, o programa de assistência massiva dos EUA para a América Latina, iniciado pelo Presidente Kennedy, que combinava programas de ação cívica altamente publicitários, com terrorismo clandestino e violência massiva (GILL, 2005, p. 105, tradução nossa).

Para Gill (2005), é evidente que a estratégia adotada tinha um lado oculto, que acarretaria graves prejuízos sociais nas comunidades latinas. A Junta Interamericana de Defesa (JID), por meio do Colégio Interamericano de Defesa (CID), promovia a Doutrina de Segurança Nacional, que permitia a alienação dos países americanos aos interesses dos Estados Unidos, e que se tornara na promotora do que seriam mais tarde as ditaduras na América do Sul. Contribuía também para esses propósitos a Escola das Américas, como expressa Leal Buitrago (2003, p. 78, tradução nossa),

O treinamento militar de latino-americanos nos Estados Unidos e mais tarde na Zona do Canal de Panamá contribuiu para a transferência da concepção norte-americana de segurança nacional para os exércitos da região.

Esta análise, baseada na *Military Review*, corrobora o que foi comentado por Loveman (1999), que, além disso, apresenta dados novos e importantes a serem observados:

Para os Estados Unidos, entretanto, a preocupação mais importante era lutar contra as “guerras de libertação nacional” soviéticas e impedir a expansão da Revolução Cubana. De 1961 a 1963, a administração Kennedy construiu uma nova estrutura contrainsurgente de segurança, as Forças Especiais do exército se expandiram substancialmente e se instalou uma Força de Ação Especial na Zona do Canal em Fort Gulick, designada para missões de guerra especiais na América Latina (LOVEMAN, 1999, p. 170, tradução nossa).

[...]

Entre 1961 e 1964, a Escola das Américas na Zona do Canal (chamada Escola do Caribe do Exército dos Estados Unidos, até 1963) capacitou mais de 16.000 efetivos latino-americanos em contrainsurgência e ação cívica (LOVEMAN, 1999, p. 170-171, tradução nossa).

Com o estudo apresentado por Loveman (1999), evidencia-se o esforço estadunidense para evitar a expansão ideológica soviética em território americano, o que implicou o estabelecimento de grandes infraestruturas militares e grandiosos recursos econômicos.

4 MUDANÇA NA ESTRATÉGIA SOVIÉTICA

Outro tema analisado é a doutrina foquista de Guevara e seu desejo de levá-la ao restante da América, assim como seu ideal de criar vários Vietnãs na região, com a finalidade de desviar recursos e a atenção dos Estados Unidos. Segundo a análise realizada, essa doutrina tinha suas particularidades quando se aplicou em Cuba, uma vez que as circunstâncias em cada país eram diferentes, algo que não foi observado e se converteu em um erro que custou a vida de Guevara (Tabela 7).

Tabela 7 – O fracasso da doutrina foquista de Guevara

1	As consequências elitistas da experiência cubana se viram reforçadas pelo que ocorreu na América Latina depois de 1959. Segundo Castro e Guevara, todo o continente estava pronto para a revolução. Contudo, isto não ocorreu (GOLDENBERG, 1970, p. 44, tradução nossa, grifo nosso).
2	A história moderna dos movimentos guerrilheiros na América Latina data da vitória cubana de Castro em 1959, já que esta fez com que a guerra de guerrilhas parecesse bem-sucedida. Sobre esta base, se lançaram várias campanhas na Guatemala, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Brasil, que fracassaram, principalmente porque a ação da contra-guerrilha no campo foi exitosa e os movimentos guerrilheiros não estavam unidos (JANKE, 1977, p. 62, tradução nossa, grifo nosso).
3	Che acreditava que, ao inserir um grupo de guerrilheiros em uma situação política já explosiva, as condições revolucionárias poderiam ser criadas. Che viu a Bolívia como um lugar lógico para o estabelecimento de um foco armado. Che acreditou que a população estaria receptiva à revolução devido à alta taxa de analfabetismo (70%), a pobreza endêmica e o espírito de luta do povo, como exemplificou a Revolução Boliviana de 1952 (WAGHELSTELN, 1979, p. 41, tradução nossa, grifo nosso).
4	Como Ernesto Che Guevara descobriu na Bolívia faz 20 anos, o camponês, com frequência, estava muito preocupado com a sobrevivência para envolver-se em atividades político-militares (VOUGHT; BABB, 1990, p. 19, tradução nossa, grifo nosso). A ideia de que a pobreza ou a fome é a causa da insurgência é outro conceito errôneo. A população de Nicarágua não se rebelou contra Anastasio Somoza porque tinham fome ou pobreza. A revolta foi o resultado de uma crescente frustração com a corrupção do governo (VOUGHT; BABB, 1990, p. 19-20, tradução nossa, grifo nosso).
5	Che disse a Fidel que queria ir embora de Cuba e começar a libertação da América Latina desde o centro de Bolívia". Desejo ajudar os vietnamitas criando dois ou três "Vietnãs" dentro do hemisfério ocidental e assim consumir os recursos do principal adversário de Cuba, os Estados Unidos (WAGHELSTELN, 1979, p. 40-41, tradução nossa, grifo nosso).

Fonte: Elaborado pelo autor com base na informação do Arquivo da *Military Review*.

A crise dos mísseis em Cuba em 1962 também ocasionou discrepâncias e ressentimentos entre União Soviética e Cuba. Começou-se a estabelecer três tipos de estratégias no bloco, sendo uma voltada para as orientações ideológicas soviéticas, outra chinesa e uma terceira cubano-castrista, baseada na teoria do foco promulgada por Guevara. Já em 1967, com a morte de Guevara, a política da União Soviética sofreu mudanças, pois sua percepção era a de que a revolução pelas armas não tinha o efeito esperado e que era necessária uma nova estratégia de aproximação.

Depois de 1967, uma nova modalidade de guerrilha se fez presente, a guerrilha urbana, com um novo enfoque (Tabela 8).

Tabela 8 – Mudanças na estratégia soviética

1	<p>A política adotada pela União Soviética durante a crise cubana de 1962 provocou muito ressentimento entre os castristas, e sua política nos anos seguintes parecia ainda pior (GOLDENBERG, 1970, p. 44-45, tradução nossa).</p> <p>Para os cubanos, parecia que os líderes soviéticos tinham chegado à conclusão de que a situação objetiva na maioria dos países latino-americanos não era revolucionária e que a melhor estratégia para enfraquecer os Estados Unidos consistiria em ter relações diplomáticas e econômicas mais estreitas com os países latino-americanos existentes.</p> <p>É possível que outra consideração tenha determinado a política soviética: Cuba custa muito dinheiro e se mostram reativos a gastar ainda mais para manter a qualquer novo país “socialista” que apareça no hemisfério (GOLDENBERG, 1970, p. 45, tradução nossa, grifo nosso).</p>
2	<p>A Conferência da Organização de Solidariedade Latino-americana (OLAS) celebrada em Havana em 1967 confirmou a primazia da revolução através da luta armada e o papel de Cuba na liderança do movimento (AYLSWORTH, 1988, p. 34, tradução nossa, grifo nosso).</p>
3	<p>A recente experiência latino-americana mostra o desenvolvimento de uma nova ameaça: a guerrilha urbana, cujo objeto direto é o controle da população através do terrorismo (MARTINEZ CODO, 1970, p. 73, tradução nossa, grifo nosso).</p>
4	<p>Por um tempo, o êxito da guerrilha rural cubana ofuscou todos os outros métodos revolucionários na América Latina. O fracasso das guerrilhas rurais em outra parte da América Latina colocou a guerra urbana em uma posição de interesse primordial para a subversão comunista (MARTINEZ CODO, 1971, p. 3, tradução nossa, grifo nosso).</p>

Fonte: Elaborado pelo autor com base na informação do Arquivo da *Military Review*.

A União Soviética deixou de oferecer o suporte econômico necessário, entretanto, a proposta revolucionária continuava. Em 1980, também foram evidenciados os processos subversivos que necessitaram de apoio regional e extra regional. Nesse caso, o Vietnã se incorporou ao cenário apoiando a insurgência em El Salvador (Tabela 9).

Tabela 9 – Evidências de outras fontes de apoio para a revolução

1	<p>Não é nenhum segredo que, durante a década de 1980, os comunistas vietnamitas apoiaram ativamente a insurgência em El Salvador. Este apoio externo, particularmente o treinamento de comando especializado, ajudou os insurgentes salvadorenhos a conseguir assombrosos êxitos táticos, como os espetaculares ataques de brigadas fortificadas e um centro de treinamento militar (ROSELLLO, 1990, p. 71, tradução nossa, grifo nosso).</p>
2	<p>Os vizinhos hemisféricos do FMLN, o cubano Fidel Castro e o presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, mantêm operacional esta rede de abastecimento. Depois de negociações repetidas, Ortega finalmente admitiu, em 1987, que Nicarágua abastecia, em segredo, os insurgentes do FMLN com armas (ROSELLLO, 1990, p 72, tradução nossa, grifo nosso).</p>
3	<p>Em 1985, o jornal do FMLN “Comandante” Nidia Díaz, “enumerou 33 guerrilheiros salvadorenhos... enviados a cursos de treinamento em Vietnã, Bulgária, Alemanha Oriental e União Soviética em 1984 e 1985”. Diaz, ela mesma, estava convocada para assistir a um treinamento no Vietnã (ROSELLLO, 1990, p. 72-73, tradução nossa, grifo nosso).</p>

Fonte: Elaborado pelo autor com base na informação do Arquivo da *Military Review*.

Nos anos 1990, com a queda do Muro de Berlim, a percepção dos Estados Unidos em relação à subversão variou, perdeu força e orientou seus esforços para outras áreas.

Os problemas de “segurança” que provavelmente envolvem as Forças Armadas dos EUA na América Latina, na década de 1990 e, muito além disso, não são questões estratégicas, conflitos fronteiriços ou mesmo a luta contra os movimentos insurgentes. As Forças Armadas dos EUA participarão cada vez mais na luta contra as ameaças aos interesses estadunidenses derivadas do tráfico de drogas, as redes delitivas e a deterioração sociopolítica e a desintegração em alguns países (LOWENTHAL, 1991, p. 62, tradução nossa).

A segurança coletiva passou a exigir um enfoque multidimensional, dando lugar à segurança humana e à segurança cooperativa, focando-se, como comenta Lowenthal (1991), no controle do crime organizado e do tráfico de drogas, problemas que são entendidos como novas ameaças aos Estados Unidos.

5 A REVOLUÇÃO CUBANA E A INSURGÊNCIA NA AMÉRICA DO SUL

O êxito da Revolução Cubana em 1959 trouxe consigo uma nova etapa para América do Sul no contexto da Guerra Fria. Conforme Jiménez e Franchi (2016, p. 56, tradução nossa), dois fatos são relevantes: “(i) Cuba inicia um processo de exportação ideológica na América Latina”, no qual “a doutrina militar de luta antiguerilhas e contra a subversão interna começou a dominar a política norte-americana na América Latina” (GILL, 2005, p. 105, tradução nossa); e “(ii) a partir desse momento os grupos de esquerda começam a configurar-se no resto dos países americanos” (JIMÉNEZ; FRANCHI, 2016, p. 56).

Como parte do processo de consolidação da Revolução Cubana, foram executados centenas de membros do exército regular cubano, o que, de alguma maneira, exaltou os ânimos dos membros das Forças Armadas da região, como expõe Loveman (1999, p. 172, tradução nossa):

Os líderes militares latino-americanos, sacudidos pela execução de mais de seiscentos oficiais por parte dos revolucionários cubanos e a destruição das velhas forças armadas, perceberam o perigo imediato para eles e suas instituições gerado por governos civis frágeis.

Até esse momento, as Forças Armadas tinham direcionado sua doutrina para a guerra externa. Essa nova estratégia de guerra interna, guerra de guerrilhas, doutrina foquista, guerrilha urbana, não era conhecida pelos exércitos sul-americanos. Por outro lado, as experiências de Argélia e Vietnã tinham permitido aos Estados Unidos desenvolver uma doutrina nessa área. Assim:

Depois do triunfo de Fidel Castro, os exércitos latino-americanos se viram obrigados a aceitar a consigna pentagonista sobre o “inimigo interno”, considerando os próprios co-nacionais como inimigos potenciais de acordo com a nova concepção das fronteiras ideológicas (VILLANUEVA, 1972, p. 125, tradução nossa).

Após a consolidação da Revolução Cubana, depois do falido desembarque na Baía dos Porcos, em abril de 1961, a decisão cubana subsequente, diante do temor de uma invasão norte-americana, foi a de ter tropas soviéticas em Cuba. Por sua vez, a intenção soviética de nivelar forças devido à presença de bases na Turquia teve como resultado a crise dos mísseis, em 1962:

Como parte do acordo que pôs fim à crise soviético-americana dos mísseis. Os Estados Unidos prometeram não invadir Cuba. Esta promessa permitiu a um governo socialista revolucionário sobreviver nas Américas como uma plataforma para a insurgência latino-americana e como um ativo militar e político para os soviéticos até fins da década de 1980 (LOVEMAN, 1999, p. 166-167, tradução nossa).

Esses acontecimentos, conforme Loveman (1999), converteram Cuba em um porto soviético avançado na América, no qual se promovia a revolução no continente. Já nos primeiros anos se veria esse apoio, a partir de treinamento militar e suporte econômico, quando “Cuba teria treinado entre 2.000 e 3.000 guerrilheiros latino-americanos, entre 1962 e 1967, e continuou fazendo isso pelo menos até 1970” (ROLLEMBERG, 2001, p. 18).

Jiménez e Franchi (2016) comentam sobre dois períodos dentro do processo revolucionário: um primeiro caracterizado pela guerrilha rural baseada na doutrina desenvolvida por Guevara em sua experiência em Cuba; e um segundo baseado na guerrilha urbana. Assim:

Guevara deixou Cuba para iniciar a revolução, depois de uma malsucedida experiência na África, voltou até a América onde “A rebelião sem êxito liderada por Ernesto ‘Che’ Guevara na Bolívia, que terminou com sua captura e execução por oficiais bolivianos em 1967, personifica o fracasso da guerrilha rural na América Latina” (HALPERING, 1976 *apud* FELDMANN, 2005, p. 11, tradução nossa).

Com a morte de Guevara, teve fim o primeiro período revolucionário na América do Sul e se iniciou um segundo, caracterizado pela guerrilha urbana, em que cobram protagonismo Abrahan Guillen e Carlos Marighella:

Um segundo período revolucionário toma forma nas análises de Abraham Guillen materializados em sua obra “Estratégia da guerrilha urbana” e o “Mini Manual da Guerrilha Urbana”, escrito por Carlos Marighella, marcam um novo cenário de atuação com a ideia de operar nas cidades (JIMÉNEZ; FRANCHI, 2016, p. 57, tradução nossa).

Esse período, da mesma forma que o primeiro, também foi reprimido. As Forças Armadas tinham desenvolvido a doutrina militar voltada para a segurança interna, e, adicionalmente, a maioria dos países da América do Sul se encontravam sob regimes militares. Ressalte-se, ainda, que continuava o apoio dos Estados Unidos, contra os grupos subversivos, com base na Doutrina de Segurança Nacional.

Outra consequência, produto da Revolução Cubana, foi a militarização dos governos. Em 1963, o Equador iniciaria com o primeiro golpe de Estado, seguido do Brasil, em 1964, o que posteriormente se replicaria em toda a América do Sul, com exceção da Venezuela e Colômbia.

Como afirma Loveman (1999, p. 169, tradução nossa), a fragilidade das instituições era uma característica dos Estados, e isso era percebido pelas Forças Armadas, “Faz muito tempo, os oficiais das Forças Armadas identificaram instituições políticas frágeis e o mau desempenho do governo como impedimentos para o desenvolvimento e como incentivos para a revolução”.

É preciso destacar que as Forças Armadas sempre foram instituições sólidas, o que é próprio de sua estrutura hierárquica e disciplinada. Dessa forma, diante de uma ameaça subversiva e da expansão ideológica comunista, decidiram tomar o controle dos Estados. Esse padrão de comportamento não é novo na América Latina. Do estudo realizado por Loveman, pode-se observar que o padrão de comportamento das Forças Armadas em relação à intervenção na vida política foi constante:

Compreender os motivos dos golpes militares na década de 1960 exige não só referências da Revolução Cubana, das políticas dos EUA e da Guerra Fria, mas também dos padrões regionais históricos e das circunstâncias nacionais imediatas. Um estudo de golpes militares de 1820 a 1960 encontrou que sua incidência, apesar da periodicidade e dos picos evidentes (1820, 1840, 1850, 1870, 1910-1915, princípios de 1930, finais de 1940, 1962-1964) tinha sido relativamente constante (LOVEMAN, 1999, p. 173, tradução nossa).

Em 1978, o Equador iniciou o processo de entrega do poder às mãos de civis, e “nos anos oitenta, começou na América Latina o chamado processo de redemocratização. Os governos estadunidenses já não acreditam que os regimes militares sejam necessários, ou sequer toleráveis na região” (LEAL BUITRAGO, 2003, p. 76, tradução nossa). A percepção de violação dos direitos humanos desgastou os regimes militares, que foram paulatinamente retornando aos quartéis.

Com relação à subversão e à guerra de guerrilhas, foram processos que continuaram em muitos países. Porém, os grupos passaram a se caracterizar por terem períodos curtos de duração. Entretanto, há grupos que permaneceram até a presente data⁴.

6 ESTABELECIMENTOS DA DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

A Ata de Segurança Nacional dos Estados Unidos, em 1947, originou instituições como: o Conselho de Segurança Nacional, a Agência Central de Inteligência e centros educativos como o *War College*. Essas instituições foram replicadas na América do Sul, com adaptações às realidades de cada país.

Através dos anos, essas instituições sofreram mudanças na organização e no funcionamento. Entre as principais, está a mudança na direção dos organismos de inteligência, que vinham sendo dirigidos pelos militares e, atualmente, a maioria é administrada por civis.

Essas organizações transcendem no tempo e, atualmente, permanecem nas estruturas dos Estados, como se apresenta na Tabela 10.

⁴ Ver Jiménez e Franchi (2016), “Terrorismo na América do Sul: o caso de ‘Alfarro Vive Carajo’”.

Tabela 10 – Instituições da Doutrina de Segurança Nacional

País	Organismo Assessor de Segurança	Organismo de Inteligência
Brasil	Conselho Nacional de Defesa	Agência Brasileira de Inteligência
Argentina	Conselho de Defesa Nacional	Agência Federal de Inteligência
Peru	Conselho de Segurança Nacional	Direção Nacional de Inteligência
Equador	Conselho de Segurança Pública e do Estado	Secretaria Nacional de Inteligência
Uruguai	Conselho de Defesa Nacional	Direção Nacional de Inteligência de Estado
Bolívia	Conselho Supremo de Defesa Nacional	Direção de Inteligência do Estado
Chile	Conselho de Segurança Nacional	Agência Nacional de Inteligência
Colômbia	Conselho de Segurança Nacional	Direção Nacional de Inteligência
Paraguai	Conselho de Defesa Nacional	Sistema Nacional de Inteligência
Venezuela	Conselho de Defesa da Nação	Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional

Fonte: Donadio (2016), páginas web oficiais de cada país e instituição.

O Conselho de Segurança Nacional se converteu no organismo de assessoramento de mais alto nível, formado pelas autoridades que, no momento, representavam os quatro poderes-base da Doutrina de Segurança Nacional: os poderes Político, Econômico, Psicossocial e Militar. Como afirma Child (1994, p. 32, tradução nossa), “O poder é uma preocupação constante do Estado de segurança nacional e dos geopolíticos. O poder se visualiza em quatro “campos”: econômico, político, psicossocial e militar”.

Da mesma forma, os Sistemas de Inteligência tinham um papel importante. Eram eles os encarregados de conseguir e processar a informação, com a intenção de evitar a proliferação de grupos subversivos. Cabe destacar a dificuldade para o desenvolvimento dessa tarefa, já que o inimigo interno se encontrava oculto entre os próprios conacionais:

Assim, nesta guerra antissubversiva, deu-se prioridade ao componente psicológico mediante o trabalho de inteligência. Para isso, foram copiadas as instituições estadunidenses do Estado de Segurança Nacional desenhadas com este propósito, em particular, as de “inteligência” (LEAL BUITRAGO, 2003, p. 84, tradução nossa).

Os institutos, as escolas e os centros dedicados ao estudo da segurança e defesa do Estado desempenharam um papel determinante nas relações cívico-militares na América do Sul, pois se converteram no nexo entre as entidades do Estado e das Forças Armadas. Child (1994, p. 33-34, tradução nossa) apresenta, em sua análise, o fenômeno observado no caso dos países ibero-americanos.

O papel dos Colégios Superiores de Guerra nos proporciona um exemplo ilustrativo. Nos Estados Unidos, esses Colégios [...] são instituições castrenses com um programa de estudos principalmente militar, e um grupo de alunos que é castrense em sua maioria. Se há civis, são funcionários de governo, e sua representação entre os alunos não passa de 10%. Essas instituições não dedicam maior atenção para a análise dos grandes problemas civis ou econômicos nacionais, nem têm laços diretos com instituições políticas de tomada de decisões.

O caso contrário ocorreu em muitas instituições paralelas na América Latina, especialmente no Cone Sul, como, por exemplo, a Escola Superior de Guerra do Brasil, a Escola de Defesa Nacional da Argentina, o Centro de Altos Estudos Militares do Peru, e muitos outros.

Do exposto, observa-se que a conotação desses centros de estudo de defesa nos Estados Unidos é diferente da realidade que experimentam os países sul-americanos, e que o papel das Forças Armadas no contexto do Estado também varia. Evidencia-se que o nível de influência das Forças Armadas sobre o Estado é maior.

Nesses casos, o programa de estudos analisa a problemática nacional nos campos econômico, político, militar, diplomático e psicossocial, tratando de propor soluções a esses problemas. Entre os alunos, se registra uma maior participação de civis (até 50% em alguns casos), que são funcionários governamentais e empresários, médicos, professores universitários, religiosos, profissionais etc. Por sua vez, esses institutos têm estreitos laços com os respectivos Conselhos de Segurança Nacional, funcionando como grupos de análise (think tanks) que proporcionam soluções para os grandes problemas nacionais (CHILD, 1994, p. 34, tradução nossa).

Como evidencia Child, esses centros, ao reunirem militares e civis de diferentes estruturas do Estado, se converteram em entidades nas quais se discute a realidade nacional, além de terem se tornado verdadeiros centros do pensamento nacional, nos quais são propostas alternativas de soluções para a problemática dos países, no nível estratégico.

Tabela 11 – Centros de Estudos Nacionais na América do Sul

País	Instituição	Criação	Diretor	Dependência
Brasil	Escola Superior de Guerra	1949	Militar	MDN
Argentina	Escola de Defesa Nacional	1950	Civil	
Peru	Centro de Altos Estudos Militares	1950	Militar (SP)	MDN
Equador	Instituto de Altos Estudos Nacionais	1972	Civil	
Uruguai	Centro de Altos Estudos Nacionais	1993	Militar (SP)	MDN
Bolívia	Escola de Altos Estudos Nacionais	1959	Militar	FFAA
Chile	Academia Nacional de Estudos Políticos e Estratégicos	1947	Militar	MDN
Colômbia	Escola Superior de Guerra	1909	Militar	FFAA
Paraguai	Instituto de Altos Estudos Estratégicos	1968	Militar	CODENA
Venezuela	Instituto de Altos Estudos de Segurança da Nação	1970	Militar	MDN

Fonte: Elaborado pelo autor com base na informação apresentada nas páginas web de cada centro educativo.

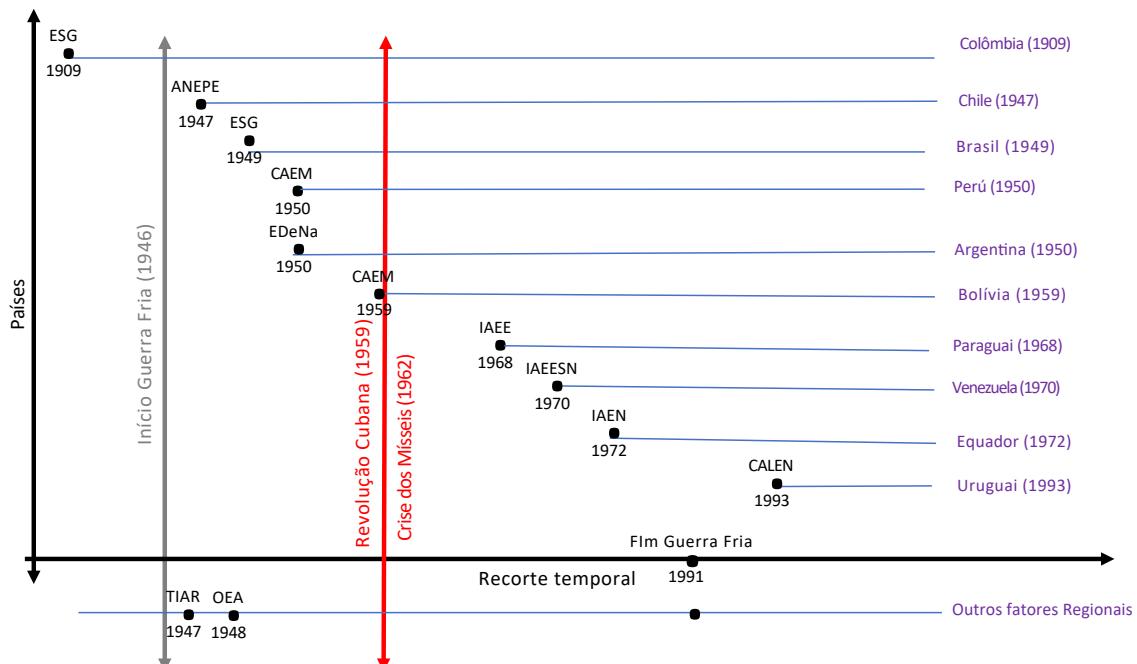
Na Tabela 11, se observa que as instituições dedicadas aos estudos nacionais relativos à Defesa passam dos 45 anos de criação, sendo a do Uruguai a mais recente (criada em 1993). No caso uruguaio, sua missão é preparar civis e militares para o desempenho de funções de direção e assessoramento no campo da Defesa Nacional.

Nos dez países analisados, com exceção de Argentina e Equador, as instituições de estudos nacionais de Defesa são dirigidas por militares, da ativa ou reserva, e sua dependência está diretamente vinculada às entidades de segurança, podendo ser o Ministério da Defesa, Conselho de Segurança Nacional ou Forças Armadas.

Nesses dois países, os institutos voltados aos estudos de Defesa passaram a ser instituições vinculadas diretamente a organismos educativos civis. Evidencia-se, assim, um distanciamento marcado em relação à concepção original sob a qual foram criados. Assim, a área de segurança e defesa passou a ser uma faculdade a mais, dentro de universidades.

É interessante ressaltar que esses centros interagem entre si, recebendo alunos e docentes estrangeiros, com os quais se estabelece um sistema de melhoria contínua no processo educativo, passando-se as boas práticas de um centro, resultando em fortalecimento permanente (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Criação dos Centros de Estudos Nacionais



Fonte: Elaborado pelo autor.

Pode-se perceber que a maioria dos países sul-americanos que buscaram estruturar escolas e instituições voltadas especificamente aos estudos nacionais, relacionando-os com a questão da segurança, se organizam em dois grandes grupos. O primeiro tem recorte temporal balizado pelo início da Guerra Fria, em 1946, e é composto por Chile (1947), Brasil (1949), Peru (1950), Argentina (1950) e Bolívia (1959). O segundo grupo se constituiu após a Revolução Cubana e a crise dos mísseis. Nele estão Paraguai (1968), Venezuela (1970) e Equador (1972). Dois países aparecem de forma deslocada desses grupos: Colômbia (1909) e Uruguai (1993).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, a estratégia soviética foi orientada a promover o distanciamento político e econômico dos países latino-americanos dos Estados Unidos. Com isso, além de ganhar adeptos à sua causa, obteve maior liberdade de ação em outras regiões.

A estratégia visava enfraquecer os Estados Unidos, minando a América Latina a partir de dentro, promovendo a guerra de guerrilha; expandindo, sempre que possível, o número de nações com governos de orientação socialista; ou transformando os países influenciados em organizações político-militares antioccidentais, por meio de doutrinação político-ideológica, treinamento militar e apoio econômico. A influência religiosa foi um evento paralelo que se ligou, de uma forma ou de outra, a esse processo.

A Doutrina de Segurança Nacional na América do Sul foi uma resposta dos Estados Unidos, por meio de uma abordagem política, militar e econômica, a partir da qual manteve uma estratégia que surgiu de uma ideia de solução holística (Aliança para o Progresso) para finalmente chegar a uma solução militar.

A criação da Doutrina da Segurança Nacional baseia-se na matriz que nasceu na Ata de Segurança Nacional dos Estados Unidos, em 1947, considerada o instrumento básico na concepção do Estado de segurança nacional. Sob essa lei, foram criados o Conselho de Segurança Nacional e a Agência Central de Inteligência, instituições que foram replicadas na América do Sul e complementadas com os Centros de Altos Estudos Nacionais.

Cada país desenvolveu versões dessa doutrina, sob realidades e posicionamentos geopolíticas próprios, mas com uma característica comum: a cultura do militarismo, típica dos países sul-americanos, como alternativa. Sua validade se estendeu ao longo do tempo, com variações representativas em alguns países e consenso em outros.

REFERÊNCIAS

- ARNOLD, G. L. IMET in Latin America by Captain. **Military Review**, Kansas, v. LXVII, n. 2, p. 30-41, 1987.
- AYLSWORTH, W. E. Assessing Latin America. **Military Review**, Kansas, v. LXVIII, n. 9, p. 27-37, 1988.
- BUZAN, B.; HANSEN, L. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. Tradução de Flávio Lira. São Paulo: UNESP, 2012.
- CHILD, J. Geopolítica y seguridad en el pensamiento latinoamericano. In: LEAL BUITRAGO, F.; TOKATLIAN, J. G.; PARDO, R. **Orden mundial y seguridad**: nuevos desafíos para Colombia y América Latina. Bogotá: Tercer Mundo, 1994. p. 23-50
- DONADIO, M. **Atlas comparativo de la defensa en América Latina y Caribe**: edición 2016. Buenos Aires: RESDAL, 2016.
- FELDMANN, A. A shift in the paradigm of violence: non-governmental terrorism in latin america since the end of the cold war. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 25, n. 2, p. 3-36, 2005.
- GILL, L. **Escuela de las Américas**: entrenamiento militar, violencia política e impunidad en las Américas. Tradução de Francisco Huneeus, Francisco Valenzuela y Renato Valenzuela Verónica Malta. Santiago: LOM, 2005.
- GOLDENBERG, B. The strategy of castroism. **Military Review**, Kansas, v. L, n. 4, p. 36-51, 1970.
- GOSNELL, W. A Time to build: US Policy for Latin America and the Caribbean. **Military Review**, Kansas, v. LXXI, n. 6, p. 42-50, 1991.
- HARRIGAN, A. Inter-American defense in the seventies. **Military Review**, Kansas, v. L, n. 4, p. 3-9, 1970.
- HILSMAN, R. Internal war-the new communist tactic. **Military Review**, Washington, DC, v. XLII, n. 4, 1962.
- JANKE, P. Guerrilla Politics in Argentina. **Military Review**, Kansas, v. LVII, n. 1, p. 62-70, 1977.
- JIMÉNEZ, R.; FRANCHI, T. ¿Terrorismo en América del Sur? El caso de “Alfaro Vive Carajo”. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 7, n. 35, p. 52-66, 2016.

LEAL BUITRAGO, F. La Doctrina de Seguridad Nacional: materialización de la Guerra Fría en América del Sur. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 15, p. 74-87, 2003.

LESBAT, G. América del Sur: algunos elementos para la definición de Seguridad Nacional. In: LEAL BUITRAGO, F.; TOKATLIAN, J. **Orden mundial y seguridad**: nuevos desafíos para Colombia y América Latina. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1994. p. 49-76

LINVILLE, R. P. Assisting the Third World in the 1980s. **Military Review**, Kansas, v. LXI, n. 12, 1981.

LOVEMAN, B. **For La Patria**: Politics and the armed forces in Latin America. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1999.

LOWENTHAL, A. Does Latin America matter any more? **Military Review**, Kansas, v. LXXI, n. 3, p. 60-62, 1991.

MARTINEZ CODO, E. Communist revolutionary war in Latin America. **Military Review**, Kansas, v. XLIII, n. 8, p. 3-20, 1963.

MARTINEZ CODO, E. Continental defense and counterinsurgency. **Military Review**, Kansas, v. L, n. 4, p. 71-74, 1970.

MARTINEZ CODO, E. The urban guerrilla. **Military Review**, Kansas, p. 3-10, 1971.

MARTINS FILHO, J. Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 12, p. 67-82, 1999.

MERCADO, E. Insurgency in Latin America. **Military Review**, Kansas, p. 10-20, 1969.

MERCADO, E. **Seguridad Política, Estrategia**. Lima: Schapire, 1974.

ROLLEMBERG, D. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil**: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

ROSELLO, V. M. Vietnam's support to El salvador's FMLN: successful tactics in Central America. **Military Review**, Kansas, v. LXX, n. 1, p. 71-78, 1990.

THOMAS, J.; KUSIER, J. Dealing with the insurgency spectre. **Military Review**, Kansas, v. LXVII, n. 2, p. 20-29, 1987.

US ARMY SCHOOL OF THE AMERICAS. US Army School of the Americas. **Military Review**, Kansas, v. L, n. 4, p. 88-93, 1970.

VILLANUEVA, V. **El CAEM y la revolución de la Fuerza Armada**. Lima: IEP ediciones, 1972.

VOUGHT, D. B.; BABB, M. Support for insurgencies: nike or nemesis? **Military Review**, Kansas, v. LXX, n. 1, p. 17-31, 1990.

WAGHELSTELN, J. D. "Che's" bolivian adventure. **Military Review**, Kansas, v. LIX, n. 8, p. 39-48, Aug. 1979.